



## XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

### *Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad*

### **A EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DE CUSTO POR ALUNO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA DE 2002 A 2012 CONFORME METODOLOGIA DO TCU**

*Mariana Campagnoni - UFSC*  
*Orion Augusto Platt Neto - UFSC*

#### **RESUMO**

As Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) brasileiras têm apresentado, desde 2002, uma sequência de nove de indicadores de gestão propostos pelo Tribunal de Contas da União (TCU) por meio da Decisão TCU n.º 408/2002. O foco desta pesquisa concentra-se no primeiro indicador – custo corrente / aluno equivalente – que a partir de 2006 passou a ser apresentado de duas formas: com e sem custos do Hospital Universitário (HU). Este artigo tem por objetivo apresentar a evolução e considerações sobre os indicadores de custo por aluno da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) com base na metodologia do TCU entre os anos de 2002 e 2012, considerando os efeitos inflacionários e a influência das variáveis envolvidas. Quanto à sua natureza, esta pesquisa é aplicada. Quanto à abordagem do problema, é qualitativa e quantitativa. Em relação aos objetivos, trata-se de uma pesquisa descritiva. Foi procedida a uma pesquisa documental com base em dados reais contidos nos Relatórios de Gestão (RG) da UFSC de 2003 a 2012. No período, observou-se uma elevação nos custos evidenciados pelos indicadores, causada principalmente pelo aumento dos custos correntes totais com e sem HU, considerando que não houve uma variação significativa no número de alunos equivalentes.

**Palavras-chave:** Tribunal de Contas da União. Universidade Federal de Santa Catarina. Indicadores de desempenho. Custo corrente por aluno equivalente.



## XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

### *Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad*

## 1 INTRODUÇÃO

A partir do ano de 2002 as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) brasileiras passaram a apresentar uma série de indicadores de gestão propostos pelo Tribunal de Contas da União (TCU) por meio da Decisão TCU n.º 408/2002. Tal Decisão tem como propósito central a viabilização de avaliações acerca do desempenho das universidades públicas da rede federal. Determinou-se que a partir do referido exercício todas as IFES devessem apresentar em seu Relatório de Gestão uma sequência de nove indicadores operacionais que, em uma análise simultânea, podem aferir o desempenho das IFES e formar um histórico capaz de se tornar uma ferramenta acessória de controle e autoavaliação. Além disso, alguns desses indicadores têm a capacidade de apontar segmentos nos quais há necessidade de atenção.

O foco de análise desta pesquisa concentra-se no primeiro indicador – custo corrente / aluno equivalente, que a partir da aprovação dos Acórdãos n.º 1.043/2006 e n.º 2.167/2006, passou a ser apresentado de duas formas: incluindo uma parcela correspondente a 35% das despesas com manutenção do Hospital Universitário (HU), e excluindo 100% destas.

O objetivo deste artigo é apresentar a evolução e considerações sobre os indicadores de custo por aluno da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) com base na metodologia do TCU entre os anos de 2002 e 2012, considerando os efeitos inflacionários e a influência das variáveis envolvidas.

É importante frisar que esta pesquisa não tem a pretensão de estabelecer algum tipo de crítica ou análise metodológica a respeito dos indicadores, tendo em vista que uma crítica à sua metodologia foi realizada anteriormente por Platt Neto e Vieira (2006).

O presente artigo se justifica como contribuição às universidades no que tange à análise evolutiva dos indicadores a fim de que estes possam ser utilizados como instrumento de acompanhamento de gestão e de controle social.

Os procedimentos metodológicos realizados constam na seção 3, seguidos dos resultados da pesquisa na seção 4 e das conclusões na seção 5. O referencial normativo e o método de apuração dos indicadores são apresentados a seguir, na fundamentação teórica.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 Indicadores de desempenho das IFES estabelecidos pelo TCU

Com o intuito de criar um histórico que possibilite a análise dos pontos mais consideráveis acerca do desempenho das universidades, foi expedida a Decisão TCU n.º 408/2002 – Plenário, em cuja matéria ficou estabelecido que as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) devessem inserir em seus Relatórios de Gestão (RG) uma série de indicadores de desempenho operacional.

A fixação de tais indicadores surgiu de uma auditoria realizada na Universidade de Brasília (UnB), sendo estendida a cinco IFES: Fundação Universidade do Amazonas (FUA), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal de Goiás (UFGO), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul



## XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

### *Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad*

(UFRGS). A pretensão inicial desse trabalho “abrange a realização de auditorias operacionais “[...] com a finalidade de se obterem dados regionais que pudessem contribuir para a elaboração, no futuro, de diagnóstico na área do ensino superior em nível nacional” (TCU, 2002).

A tarefa de padronizar a aplicação dos indicadores ficou sob responsabilidade do “Grupo de Contato”, criado pela própria Decisão e composto por representantes do TCU, da Secretaria da Educação Superior (SESu/MEC) e da Secretaria Federal de Controle Interno (SFC) (GRUPO DE CONTATO, 2007, p. 3).

O relatório da auditoria (TCU, 2002) apontou algumas observações sobre as quais se deve ter cautela, uma vez que

[...] a grande diversidade das Instituições Federais de Ensino Superior do país envolve toda uma gama de peculiaridades que vão das formas de financiamento à oferta de cursos, dedicação à pós-graduação e pesquisa e à prestação de serviços às comunidades em que estão inseridas.

À vista disso, a interpretação dos resultados dos indicadores requer cuidado, pois isoladamente eles não fornecem suporte suficiente que permita conclusões acerca do desempenho das IFES. A intenção do trabalho realizado pela auditoria esteve, portanto, direcionada em “prestar auxílio à administração no tocante ao acompanhamento histórico dos seus índices, fornecendo um importante apoio à autoavaliação institucional” (FERREIRA; SANTOS; PESSANHA, 2013, p. 109). Dessa forma, a utilização dos indicadores deve ser feita com a finalidade de servir como auxílio no acompanhamento do desempenho das instituições.

A Decisão n.º 408/2002 foi atualizada pelos Acórdãos n.º 1.043/2006 e n.º 2.167/2006, que determinam os indicadores obrigatórios a serem apresentados pelas instituições públicas. Segundo o Grupo de Contato (2007, p. 5), são eles:

a) Custo corrente / aluno equivalente: relação entre o custo corrente e o total de alunos equivalentes (somatório do número de alunos equivalentes da graduação com os alunos equivalentes da pós-graduação e residência médica, os dois últimos em tempo integral). Após os Acórdãos n.º 1.043/2006 e n.º 2.167/2006, surgiu a obrigatoriedade desse indicador em ser publicado de duas maneiras: a primeira deduz a proporção de 65% das despesas com Hospital Universitário (HU), e a segunda as deduz em sua totalidade.

b) Aluno tempo integral / professor equivalente: corresponde ao somatório do número de alunos matriculados nos cursos de graduação, pós-graduação e residência médica em tempo integral dividido pelo número de professores equivalentes.

c) Aluno tempo integral / funcionário equivalente: similar ao indicador anterior, relaciona o número de alunos em tempo integral (graduação, pós-graduação e residência médica), e o número de funcionários equivalentes. Os Acórdãos n.º 1.043/2006 e n.º 2.167/2006 também instituíram a obrigatoriedade das IFES em apresentá-lo de dois modos, sendo que um inclui os funcionários do HU e o outro os exclui. Ferreira, Santos e Pessanha (2013, p. 110) ressaltam que as instalações e atividades de um HU requerem um acréscimo na carga de servidores da universidade, embora a alocação dos alunos nos postos acabe por



## XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

### ***Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad***

atenuar esta necessidade. Além disso, são atribuídos pesos aos funcionários de acordo com a carga horária (20 horas, 30 horas ou 40 horas por semana).

d) Funcionário equivalente / professor equivalente: divide-se o número de funcionários equivalentes pelo número de professores equivalentes. O dado também é calculado considerando a parcela do HU, haja vista que nele está incluído o número de funcionários equivalentes.

e) Grau de participação estudantil (GPE): indica o número de alunos da graduação em tempo integral (AGTI) em relação ao número de alunos da graduação (AG). Barbosa, Freire e Crisóstomo (2011, p. 328) admitem que por meio deste indicador é possível verificar o grau de utilização, pelo corpo discente, da “capacidade instalada da IFES e a velocidade de integralização curricular”.

f) Grau de envolvimento discente com pós-graduação (GEPG): representa o quociente entre o número de alunos da pós-graduação e a soma dos alunos da graduação com os da pós-graduação. Verifica, de acordo com Ferreira, Santos e Pessanha (2013, p. 110), a intensidade com que a universidade está comprometida na manutenção da pós-graduação *stricto sensu*, em relação a toda atividade de ensino.

g) Conceito CAPES/MEC para a pós-graduação: demonstra a qualidade dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* conforme avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Somam-se os conceitos de todos os programas de pós-graduação e divide-se pelo número desses programas.

h) Índice de qualificação do corpo docente (IQCD): Segundo Barbosa, Freire e Crisóstomo (2011, p. 329), este índice “mensura a qualidade do corpo docente, variando entre 1 e 5”. É feita uma ponderação de acordo com o nível de qualificação (graduação, especialização, mestrado e doutorado), cada qual com um peso diferente.

i) Taxa de sucesso da graduação (TSG): Relaciona o número de diplomados com o número total de alunos ingressantes. Esta última variável considera o ano de ingresso do aluno em cada curso, e por conseguinte, o tempo de duração do curso (UFSC, 2012, p. 495).

Além dos indicadores, as instituições também devem apresentar os componentes necessários para o cálculo dos mesmos. O Grupo de Contato (2007, p. 4) permite às IFES a apresentação, conforme necessidade, de indicadores complementares, desde que sejam realizados de maneira objetiva e que demonstrem memória de cálculo para fins de verificação.

Este artigo concentra-se na análise do primeiro indicador, o custo corrente / aluno equivalente, cuja apresentação é feita, de maneira aprofundada, na seção a seguir.

### **2.2 O indicador de custo corrente por aluno equivalente**

A relação dada por este indicador “mede os custos das atividades correntes (manutenção e funcionamento) por aluno equivalente” (FERREIRA; SANTOS; PESSANHA, 2013, p. 109). No entanto, muito se discute acerca da real mensuração do custo de um aluno. A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC, 2012, p. 488) salienta em seu relatório de gestão que

esse custo não representa o custo real médio por aluno, pois inclui o custo dos alunos do Colégio de Aplicação e NDI, e também inclui os custos com pesquisa e



## XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

### *Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad*

extensão. Não inclui amortização de capital. Não pode ser usado para fins gerenciais ou de política institucional ou governamental.

Nesse contexto, Platt Neto e Vieira (2006, p. 11) sugerem que, na falta de indicadores que apontem o custo real médio por aluno, seria aconselhável a elaboração de indicadores de custos que sejam viáveis para uso gerencial ou de avaliação institucional, de modo que sua divulgação ocorra de maneira ampla à sociedade.

Este artigo não possui a pretensão de levantar questionamentos a respeito da eficácia deste indicador, mas analisar a sua evolução na UFSC considerando a atualização monetária e as variáveis envolvidas. Para tanto, apresentam-se os componentes que integram o custo corrente total, numerador na relação custo-aluno.

#### **Quadro 1 – Variáveis componentes do custo corrente total com e sem HU**

<b>Custo corrente com HU</b>
Despesas correntes do órgão Universidade, com todas as UGs (unidades gestoras), inclusive hospitais universitários, se houver
(-) 65% das despesas correntes totais do HU e maternidade, devendo ser consideradas todas as unidades hospitalares cujas despesas estejam incluídas nas despesas correntes da Universidade
(-) Aposentadorias e reformas do órgão Universidade
(-) Pensões do órgão Universidade
(-) Sentenças Judiciais do órgão Universidade
(-) Desp. com pessoal cedido – docente do órgão Universidade
(-) Desp. com pessoal cedido – corpo técnico administrativo (CTA) do órgão Universidade
(-) Desp. com afastamento país/externo – docente do órgão Universidade
(-) Desp. com afastamento país/externo – corpo técnico administrativo (CTA) do órgão Universidade
<b>Custo corrente sem HU</b>
Despesas correntes do órgão Universidade, com todas as UGs (unidades gestoras), inclusive hospitais universitários, se houver
(-) 100% das despesas correntes totais do HU e maternidade, devendo ser consideradas todas as unidades hospitalares cujas despesas estejam incluídas nas despesas correntes da Universidade
(-) Aposentadorias e reformas do órgão Universidade
(-) Pensões do órgão Universidade
(-) Sentenças Judiciais do órgão Universidade
(-) Desp. com pessoal cedido – docente do órgão Universidade
(-) Desp. com pessoal cedido – corpo técnico administrativo (CTA) do órgão Universidade
(-) Desp. com afastamento país/externo – docente do órgão Universidade
(-) Desp. com afastamento país/externo – corpo técnico administrativo (CTA) do órgão Universidade

Fonte: Elaborado pelos autores com base na Portaria TCU n.º 150 (TCU, 2012).

Observa-se que a diferença entre os dois custos se resume no fato de que o custo corrente com HU considera 35% das despesas com o Hospital Universitário, visto que uma parcela dos gastos com estas Unidades Gestoras (UGs) é voltada para o ensino. Este percentual é sugerido pelo próprio TCU, o que, no entendimento de Barbosa, Freire e Crisóstomo (2011, p. 327), envolve certa subjetividade.

Ademais, de acordo com a 5ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), intitulada Parte I - Procedimentos Contábeis Orçamentários (PCO), entende-se por despesas correntes “todas as despesas que não contribuem diretamente para a





## XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

### ***Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad***

formação ou aquisição de um bem de capital” (STN, 2012, p. 52). Aguiar (2008, p. 190) entende que tais despesas acontecem para fins de manutenção dos serviços públicos, mas não implicam em retorno patrimonial, ou seja, não aumentam o patrimônio da entidade. A Lei n.º 4.320/1964 (BRASIL, 1964) as divide em despesas de custeio e transferências correntes, e no anexo III da Portaria Interministerial STN/SOF n.º 163/2001 é possível constatar que elas abrangem três grupos de natureza da despesa (GND): Pessoal e Encargos Sociais, Juros e Encargos da Dívida e Outras Despesas Correntes.

Nota-se que o custo corrente utilizado na apuração do indicador não corresponde ao valor integral das despesas correntes da Universidade. É feito um ajuste, como pode ser constatado no Quadro 1. O Grupo de Contato (2007, p. 6-7) relata algumas observações a serem consideradas no ajuste. Quanto às despesas com pessoal docente que esteja cedido ou afastado do país, considera-se o número destes servidores apurado no dia 21 de dezembro de cada ano, sendo que deve ser subtraída a parcela correspondente à despesa total no ano com cada um dos servidores docentes enquadrados nessa situação, mesmo que o afastamento tenha sido por menos de um ano. Isso se justifica pelo fato de que “na média, estarão sendo compensadas apenas as despesas daqueles que ficaram afastados a maior parte do ano, mas estejam trabalhando em 31/12, as quais, pela sistemática adotada, não devem ser subtraídas”. Também não são subtraídas as despesas

com pessoal cedido que forem reembolsadas pela entidade à qual foi cedido o servidor. [...] despesas de pessoal em licença por motivo de doença em pessoa da família, enquanto houver remuneração (Título III, Capítulo IV, Seção II, da Lei n.º 8.112/90), em licença para capacitação (Título III, Capítulo IV, Seção VI, da Lei n.º 8.112/90), inclusive licenças para mestrado ou doutorado, ou em licença para tratamento de saúde, licença gestante, adotante ou paternidade e licença por acidente em serviço (Título VI, Capítulo II, Seções IV, V e VI, da Lei n.º 8.112/90).

Por sua vez, as despesas com afastamentos cuja finalidade seja servir em outro órgão ou entidade, mandato eletivo, estudo ou missão no exterior ou no país, que não sejam caracterizados como capacitação, devem ser subtraídas.

O termo “aluno equivalente” adotado pelo TCU foi baseado, de acordo com a Secretaria de Educação Superior (SESu/MEC, 2005, p. 7), no modelo inglês elaborado pelo *Higher Education Funding Council for England (HEFCE)*, que consiste na separação entre os alunos que se dedicam integralmente à universidade e os que dedicam uma parte de seu tempo em trabalhos ou outras atividades fora deste ambiente. Com isso, “*full time equivalents (FTEs) are created for every full-time and part-time student [...]*” (HEFCE, 1998, p. 10), ou seja, cria-se um aluno equivalente que corresponda aos alunos de período integral e aos que estudam meio período.

Observa-se, portanto, que não se trata de uma divisão simples das despesas pelo número de alunos, pois se considera que um aluno de tempo integral acaba por consumir mais recursos da universidade do que um aluno de meio período. Para Amaral (2004), é importante refletir sobre o modo como o custo de um aluno varia nas universidades, levando em conta as atividades de pesquisa e extensão e quanto isso representa em cada instituição.

O cálculo do aluno equivalente, denominador na fórmula do indicador de custo por aluno, corresponde à soma do número de alunos equivalentes da graduação (AGE) com os



## XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

### *Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad*

alunos da pós-graduação em tempo integral (APGTI) e residentes em tempo integral (ARTI). Os alunos da graduação, no entendimento do TCU (2012), devem ter inscrição formal no curso e cursar no mínimo uma disciplina. Os alunos da pós-graduação são aqueles ligados aos cursos *stricto sensu* (mestrado e doutorado), e também são incluídos para fins de cálculo os alunos que estejam fazendo somente a tese ou dissertação final. Alunos de cursos de extensão e especialização não são incluídos. O somatório do número de alunos equivalentes está representado no Quadro 2.

#### Quadro 2 – Equação do total de alunos equivalentes

**Total aluno equivalente = AGE + APTGI + ARTI**

Onde:

AGE = alunos da graduação equivalentes.

APGTI = alunos da pós-graduação em tempo integral = 2 x APG.

ARTI = alunos da residência médica em tempo integral = 2 x AR.

Fonte: Elaborado pelos autores com base na metodologia apresentada pelo Grupo de Contato (2007).

Os números de APTGI e ARTI equivalem ao dobro do número de alunos da pós-graduação (APG) e de alunos residentes (AR), já que aqueles têm dedicação exclusiva à universidade.

O número de AGE deriva da equação do número de alunos da graduação em tempo integral (AGTI) estabelecido pelo Grupo de Contato (2007). Ambos são apresentados no Quadro 3, a seguir.

#### Quadro 3 – Equação do número de alunos equivalentes da graduação

$A_{GE} = \sum_{\text{todos os cursos}} \{ (N_{DI} * D_{PC}) (1 + [\text{Fator de Retenção}]) + ((N_I - N_{DI}) / 4) * D_{PC} \} * [\text{Peso do grupo em que se insere o curso}]$ , ou

$A_{GE} = A_{GTI} * [\text{Peso do grupo em que se insere o curso}]$

Onde:

$A_{GTI} = \sum_{\text{todos os cursos}} \{ (N_{DI} * D_{PC}) (1 + [\text{Fator de Retenção}]) + ((N_I - N_{DI}) / 4) * D_{PC} \}$

$N_{DI}$  = número de diplomados, no ano letivo referente ao exercício, em cada curso.

$D_{PC}$  = duração padrão do curso de acordo com a tabela da SESu.

$N_I$  = número de alunos que ingressaram, no ano letivo relativo ao exercício, em cada curso.

Fator de Retenção e Peso do grupo em que se insere o curso: calculados de acordo com metodologia da SESu.

Fonte: Elaborado pelos autores com base na metodologia apresentada por Grupo de Contato (2007).

Dessa forma, verifica-se que o número de AGTI e de AGE diferem-se pelo fato de este último considerar o peso do grupo no qual se insere o curso, informação fornecida pela SESu (GRUPO DE CONTATO, 2007, p. 8).

Os componentes apresentados (AR, ARTI, APG, APTGI e AGE) são também denominados pela UFSC (2012) de indicadores primários e seus valores podem ser conferidos na seção 4, juntamente com os custos correntes totais com e sem HU.



## XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

### *Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad*

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa é classificada, de acordo com a sua natureza, como aplicada. Quanto à abordagem do problema, ela é entendida como qualitativa e quantitativa. Na abordagem qualitativa procurou-se estudar o comportamento dos indicadores na série analisada. De acordo com Beuren et al (2012, p. 92), a pesquisa qualitativa implica “análises mais profundas em relação ao fenômeno que está sendo estudado”. É quantitativa por terem sido utilizados mecanismos de cálculos para aferir os resultados.

Em relação aos objetivos, trata-se uma pesquisa descritiva, e como tal concentra seu interesse na “descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis” (GIL, 2002, p. 42.). Foi procedida a uma pesquisa documental com base em dados reais publicados pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em seus relatórios de Gestão (RG) referentes aos anos de 2003 a 2012.

Quanto aos dados coletados, de fontes secundárias, foi feito um ajuste monetário no custo corrente total e no custo corrente por aluno equivalente em todos os anos, a fim de amenizar os efeitos ocasionados pela inflação. Para isso, foi utilizado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), disponível no sítio eletrônico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Tal índice é coletado entre os dias 01 e 30 do mês de referência e “abrange as famílias com rendimentos mensais compreendidos entre 1 (hum) e 40 (quarenta) salários-mínimos, qualquer que seja a fonte de rendimentos” (IBGE, 2013). Além disso, os dados foram tabulados e convertidos em gráficos com a intenção de auxiliar na visualização do comportamento e da evolução das variáveis.

Salienta-se que os indicadores possuem limitações, cujo aprimoramento foi sugerido Platt Neto e Vieira em pesquisa anterior (2006). Além disso, foi presumida legitimidade nos dados fornecidos pela Universidade nos RG, considerando a impossibilidade dos autores em confirmarem a veracidade dos dados disponibilizados pela Instituição.

### 4 RESULTADOS DA PESQUISA

#### 4.1 Obtenção e ajuste dos dados

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) é uma autarquia de regime especial, brasileira, vinculada ao Ministério da Educação que, conforme consta em seu Estatuto (UFSC, 2011, p. 8),

tem por finalidade produzir, sistematizar e socializar o saber filosófico, científico, artístico e tecnológico, ampliando e aprofundando a formação do ser humano para o exercício profissional, a reflexão crítica, a solidariedade nacional e internacional, na perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática e na defesa da qualidade da vida.

Criada em 1960 com a denominação de Universidade de Santa Catarina (USC) (UFSC, 2009), passou a ter o nome atual em 1965, após a Lei n.º 4.759 (CUNHA apud





## XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

### *Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad*

NECKEL; KÜCHLER; 2010, p. 18). Foi instalada em Florianópolis, Município que abriga o *campus* onde se encontram os órgãos administrativos centrais da Instituição. No entanto, o *campi* universitário se estende a outros três municípios catarinenses: Araranguá, Joinville e Curitiba (UFSC, 2013).

A UFSC tem publicado em seus Relatórios de Gestão (RG) todos os indicadores de desempenho solicitados pelo TCU. Contudo, os indicadores referentes ao exercício de 2002 podem ser constatados nos RGs a partir de 2006, ano no qual passaram a ser apresentadas séries históricas dos indicadores. Tais relatórios estão disponíveis no sítio eletrônico da Universidade por meio do Departamento de Planejamento e Gestão da Informação (DPGI), onde foram coletados os dados para esta pesquisa. O DPGI está vinculado à Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento (PROPLAN), responsável pelo planejamento e avaliação do orçamento universitário (UFSC, 2013).

Além da atualização monetária elucidada na seção 3, foram feitos alguns ajustes por parte dos autores para que fosse mantida uma maior acurácia na apuração dos dados. O ano de 2002, conforme comentado, teve os custos correntes totais com e sem a parcela do HU, assim como o total de alunos equivalentes, apresentados nas séries históricas a partir de 2006. Dessa forma, não se teve acesso aos saldos referentes às despesas correntes e aos componentes que as deduzem. Nos exercícios de 2003 e 2004 ainda não havia a apresentação do custo por aluno reduzindo 100% das despesas com HU, logo, tais despesas foram deduzidas. A variável custo corrente total sem HU e o indicador custo corrente / aluno equivalente sem HU de 2003 e 2004, foram, desta forma, coletados nas séries históricas a partir de 2006.

Em 2005 e 2010 constatou-se uma diferença pouco significativa entre os valores apresentados pelos RGs e os saldos calculados, o que não chega a interferir diretamente na análise da evolução dos indicadores. Da mesma forma, alguns indicadores primários (número de alunos residentes e de alunos da pós-graduação) tiveram que ser inferidos nos anos de 2003 e 2004 por não terem sido apresentados, conquanto isso não chegasse a prejudicar a compreensão dos indicadores nestes anos. Mais detalhes podem ser averiguados na Tabela 1 e no Quadro 4, constantes na próxima seção.

#### 4.2 Apresentação das variáveis

Demonstram-se nesta seção as variáveis que compõem o custo corrente por aluno equivalente com e sem HU publicadas pela UFSC referentes aos exercícios de 2002 a 2012, em valores ajustados pelo IPCA.

**Tabela 1 – Composição e evolução do custo corrente total com HU e sem HU de 2002 a 2012**

Valores expressos em Milhares de Reais (Reais Mil), atualizados monetariamente pelo IPCA para 31/12/2012.

Componentes	2002 (1)	2003 (2)	2004 (2)	2005 (3)	2006	2007
Despesas correntes da universidade	ND	629.359	675.680	685.058	806.108	824.128
(-) 65% das despesas correntes do HU	ND	49.977	50.188	71.900	80.668	80.246
(-) 100% das despesas correntes do HU	ND	76.887	77.212	110.615	124.105	123.455
(-) Aposentadorias e reformas	ND	112.679	112.920	119.266	136.679	132.639
(-) Pensões	ND	13.780	15.539	17.916	19.691	20.838
(-) Sentenças judiciais	ND	67.950	66.735	72.664	73.279	71.422
(-) Desp. com pessoal cedido (docente)	ND	505	639	699	683	995



## XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

### *Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad*

(-) Desp. com pessoal cedido (CTA)	ND	346	80	82	-	283
(-) Desp. com afastamento país/exterior (docente)	ND	7.544	7.947	7.284	-	-
(-) Desp. com afastamento país/exterior (CTA)	ND	701	915	858	-	-
<b>Custo corrente com HU</b>	<b>412.129</b>	<b>375.878</b>	<b>420.717</b>	<b>394.391</b>	<b>495.108</b>	<b>517.704</b>
<b>Custo corrente sem HU</b>	<b>387.402</b>	<b>348.968</b>	<b>393.693</b>	<b>355.676</b>	<b>451.671</b>	<b>474.495</b>
<b>Componentes</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010 (4)</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>Variación (%) (5)</b>
Despesas correntes da universidade	880.188	999.023	1.170.374	1.149.878	1.231.233	96%
(-) 65% das despesas correntes do HU	69.498	87.008	112.969	130.945	126.567	153%
(-) 100% das despesas correntes do HU	106.921	133.858	173.798	201.454	194.719	153%
(-) Aposentadorias e reformas	147.586	157.001	182.619	193.867	206.637	83%
(-) Pensões	23.917	27.411	29.750	31.352	32.585	136%
(-) Sentenças judiciais	42.800	38.207	35.503	32.967	31.773	-53%
(-) Desp. com pessoal cedido (docente)	1.150	971	2.058	985	804	59%
(-) Desp. com pessoal cedido (CTA)	470	997	1.370	864	617	78%
(-) Desp. com afastamento país/exterior (docente)	-	-	-	-	-	-100%
(-) Desp. com afastamento país/exterior (CTA)	-	-	-	-	-	-100%
<b>Custo corrente com HU</b>	<b>594.766</b>	<b>687.428</b>	<b>806.104</b>	<b>758.899</b>	<b>832.251</b>	<b>121%</b>
<b>Custo corrente sem HU</b>	<b>557.343</b>	<b>640.577</b>	<b>745.275</b>	<b>688.390</b>	<b>764.099</b>	<b>119%</b>

#### Notas

(1) ND – Não Disponível. As variáveis componentes das despesas referentes ao RG de 2002, até o relatório de 2012, não foram divulgadas.

(2) Os valores referentes aos 100% das despesas correntes do HU dos exercícios de 2003 e 2004 foram inferidos pelos autores, haja vista que não constavam nos relatórios dos referidos anos.

(3) Constatou-se na verificação do RG de 2005 que havia uma diferença de R\$ 106,51 mil (em valores originais) entre os custos correntes com HU e sem HU não computada. Tal resultado representa 0,04% do total dos custos correntes e não pode ser considerado significativo, mas os autores preferiram manter os valores encontrados a fim de se obter uma maior acurácia na análise dos indicadores de custo/aluno.

(4) No ano de 2010 há uma diferença de R\$ 325,79 mil (em valores originais) entre o total os custos correntes (com e sem HU) mostrados no RG do referido ano e os custos correntes apresentados na série histórica mais recente (2012). Optou-se por manter os valores originais constantes no RG, já que a diferença corresponde a 0,05% dos custos correntes totais (pouco significativa). O saldos de 2010 incluem valores recebidos de destaques e convênios para fins de pesquisa e extensão.

(5) Variação de 2003 a 2012, considerando que os valores referentes a 2002 não estavam disponíveis.

CTA – Corpo técnico-administrativo

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos Relatórios de Gestão da UFSC (2002 a 2012).

Entre 2003 e 2012 houve um aumento de 121% no custo corrente com HU, e de 119% no custo corrente sem HU, sendo que as despesas correntes da Universidade computaram uma variação positiva de 96%, passando de R\$ 629,36 milhões para R\$ 1,23 bilhão no período de onze anos. As despesas referentes ao HU obtiveram um crescimento de 153% entre 2003 e 2012, com destaque a 2011, ano no qual se constatou a maior despesa com HU se comparado aos demais anos, R\$ 201,45 milhões (17,52% das despesas correntes neste ano).

Observa-se que em 2003, 2004 e 2005 houve despesas com afastamento de servidores docentes e técnico-administrativos (CTA), as quais passaram a não se repetir nos anos posteriores, o que ocasionou em uma redução de 100% entre 2003 e 2012. Quanto às despesas com pessoal cedido, apenas em 2006 não houve tais gastos no que se refere ao CTA.

No quadro 4 é apresentada a segunda variável do indicador, o número total de alunos equivalentes em cada ano, juntamente com os indicadores primários que o compõem.



## XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

### *Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad*

**Quadro 4 – Composição e evolução do número total de alunos equivalentes – 2002 a 2012**

Indicadores Primários	2002	2003	2004	2005	2006	2007
AR	ND	50 (1)	53 (1)	56	62	68
ARTI = (2 x AR)	ND	100	106	112	124	136
APG	ND	7.121 (2)	5.269 (2)	5.127	4.937	6.601
APGTI = (2 x APG)	ND	14.242	10.538	10.254	9.874	13.202
AGE	ND	26.307	25.687	25.367	25.507	26.978
<b>Total alunos equivalentes = AGE + APGTI + ARTI</b>	<b>39.890</b>	<b>40.649</b>	<b>36.331</b>	<b>35.733</b>	<b>35.505</b>	<b>40.316</b>
Indicadores Primários	2008	2009	2010	2011	2012	Variación (%)(2)
AR	74	75	75	90	133	166%
ARTI = (2 x AR)	148	150	150	180	266	166%
APG	5.888	6.242	6.069	6.564	6.084	-15%
APGTI = (2 x APG)	11.776	12.484	12.138	13.128	12.168	-15%
AGE	27.383	26.859	31.019	30.813	30.031	14%
<b>Total alunos equivalentes = AGE + APGTI + ARTI</b>	<b>39.307</b>	<b>39.493</b>	<b>43.307</b>	<b>44.121</b>	<b>42.465</b>	<b>4%</b>

Notas

(1) Valores inferidos a partir da fórmula do ARTI e do APGTI, uma vez que não constavam nos RG dos referidos exercícios.

(2) Variação de 2003 a 2012, considerando que os valores referentes a 2002 não estavam disponíveis.

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos Relatórios de Gestão da UFSC (2002 a 2012).

Observa-se que houve uma variação significativa de 166% no número de alunos residentes (AR), e por conseguinte, de alunos residentes em tempo integral (ARTI) entre 2003 e 2012. Isto permite considerar que talvez tenha ocorrido um incentivo na participação dos alunos nas atividades do HU. Nota-se, contudo, que o maior crescimento se concentra nos últimos exercícios da série, sendo que entre 2011 e 2012 a variação foi de 48%, e nos demais anos ela esteve na média dos 8%.

No número de alunos da pós-graduação (APG), logo, da pós-graduação em tempo integral (APGTI), verificou-se uma queda de 15% entre 2003 e 2012. O ano de 2003 apontou o maior número de APGTI, 14.242, contra 9.874 em 2006, menor número computado na série. Entre 2006 e 2007, constatou-se um crescimento significativo deste indicador primário, de 34%, e entre os anos de 2003 e 2004, uma redução significativa, a qual representou 24%.

Quanto ao número de alunos da graduação equivalentes (AGE), é possível averiguar a partir do quadro 4 o aumento de 14% entre 2003 e 2012. Ainda assim, este indicador primário apresentou reduções no decorrer dos 11 anos, embora elas não tenham sido mais de maiores que 3%. O maior crescimento foi de 15% e esteve compreendido entre 2009 e 2010.

No total de alunos equivalentes é possível observar um aumento de 4% entre 2003 e 2012, com um pico de 44.121 no total em 2011 e o menor valor de 35.505 em 2006,



## XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

### *Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad*

consequência do reduzido número de APGTI. Entre 2002 e 2012, houve um aumento de 6% neste total, tendo em vista que o dado registrado em 2002 foi menor que em 2003.

#### 4.3 Considerações sobre a evolução dos indicadores

Na Tabela 2 encontram-se os saldos referentes ao custo corrente total e ao custo corrente por aluno equivalente, ambos com e sem a parcela do HU, em moeda original e ajustada.

**Tabela 2 – Custo corrente total e custo corrente / aluno equivalente**

Ajuste feito pelo IPCA até 31/12/2012 nas Colunas de “Ajustada”.

Ano	Custo corrente total (R\$ Mil)				Custo corrente/ aluno equivalente (R\$ 1,00)			
	Com HU		Sem HU		Com HU		Sem HU	
	Original	Ajustada	Original	Ajustada	Original	Ajustada	Original	Ajustada
2002	219.987	412.129	206.788	387.402	5.515	10.332	5.184	9.712
2003	222.512	375.878	206.582	348.968	5.474	9.247	5.082	8.585
2004	270.094	420.717	252.745	393.693	7.434	11.580	6.957	10.837
2005	270.007	394.391	243.502	355.676	7.556	11.037	6.814	9.954
2006	353.898	495.108	322.850	451.671	9.968	13.945	9.093	12.721
2007	384.104	517.704	352.045	474.495	9.527	12.841	8.732	11.769
2008	464.126	594.766	434.923	557.343	11.808	15.131	11.065	14.179
2009	563.803	687.428	525.378	640.577	14.276	17.406	13.303	16.220
2010	694.901	806.104	642.463	745.275	16.046	18.614	14.835	17.209
2011	694.799	758.899	630.245	688.390	15.748	17.200	14.284	15.602
2012	808.964	832.251	742.719	764.099	19.050	19.599	17.490	17.994
<b>Variación (%) (1)</b>	<b>268%</b>	<b>103%</b>	<b>259%</b>	<b>97%</b>	<b>245%</b>	<b>90%</b>	<b>237%</b>	<b>85%</b>

Notas:

(1) Variação de 2002 a 2012.

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos Relatórios de Gestão da UFSC (2002 a 2012).

Nota-se que os valores originais apontam uma variação maior em relação aos ajustados, razão pela qual se aconselha que seja feita a atualização monetária para a data do último período do intervalo estudado. Nesse caso, atualizaram-se os valores de todos os anos para a moeda de 31 de dezembro de 2012. Um reflexo da atualização monetária pode ser verificado entre 2002 e 2003, em que os custos correntes com HU em moeda original apresentaram um pequeno aumento de 1%, e esses custos em moeda ajustada mostraram uma redução de 9%. Isto ocorreu porque o ajuste foi feito com base na inflação acumulada de 87,34% em 2002, e de 68,92% em 2003, o que influenciou na redução no indicador de custo corrente por aluno equivalente ocorrida neste período, em valores ajustados.

Com base nos dados ajustados é possível verificar que em 2012 os custos correntes totais com e sem HU tiveram um aumento de 103% e 97% respectivamente, ou seja, praticamente dobraram o seu valor em relação a 2002. Os totais de custo corrente / aluno



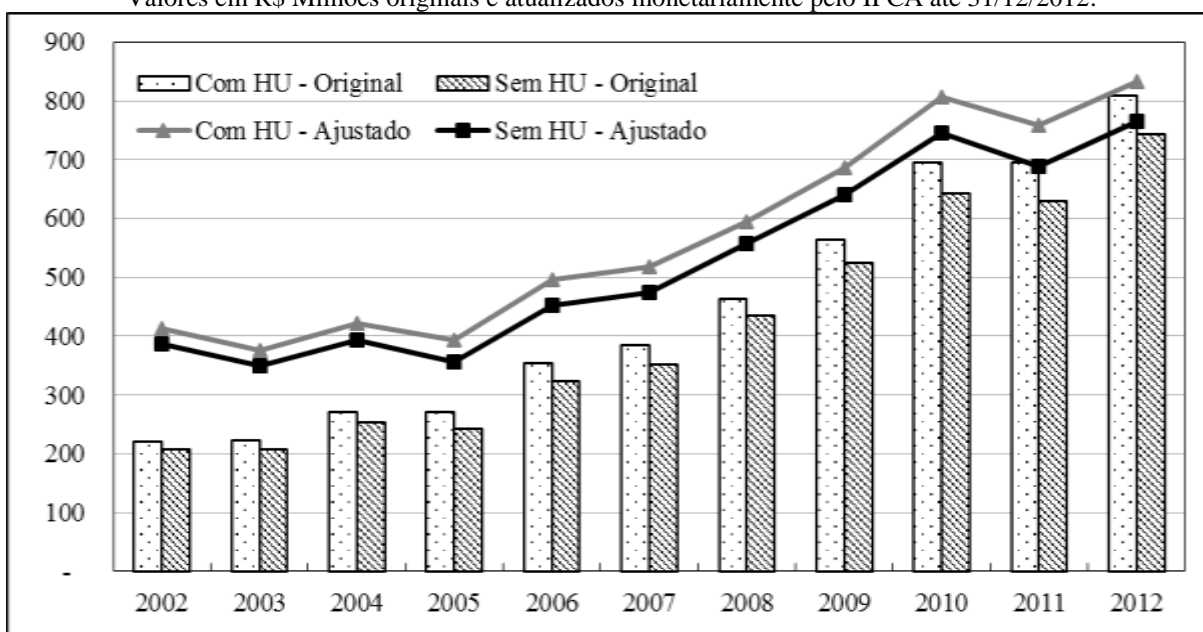
## XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

### *Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad*

equivalente com e sem HU apresentaram um crescimento de 90% e 85%, respectivamente. Dessa maneira, pode-se observar que, em geral, a tendência foi de crescimento em todos os anos, fato que pode ser visualizado nos Gráficos 1 e 2.

**Gráfico 1 – Evolução do custo corrente com e sem HU – 2002 a 2012**

Valores em R\$ Milhões originais e atualizados monetariamente pelo IPCA até 31/12/2012.



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos Relatórios de Gestão da UFSC (2002 a 2012). Tabela 2.

Observa-se que, no período, houve redução entre 2004 e 2005 de 6% no custo corrente com HU, de 10% no custo corrente sem HU e, entre 2010 e 2011, de 6% e 8%, respectivamente. Tais diminuições, embora pouco significativas, influenciaram as variações do custo corrente / aluno equivalente, como pode ser constatado no Gráfico 2.

**Gráfico 2 – Evolução dos indicadores de custo corrente / aluno equivalente com e sem HU – 2002 a 2012**

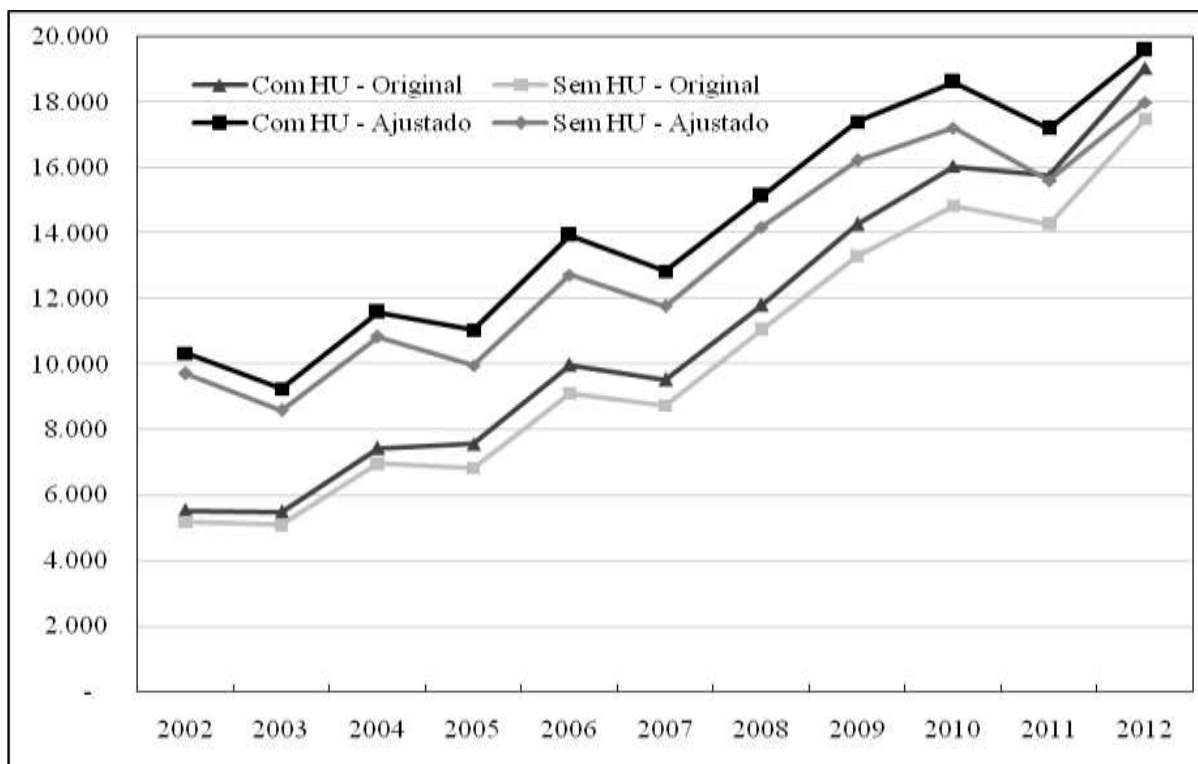
Valores em R\$ 1,00 originais e atualizados monetariamente pelo IPCA até 31/12/2012.





## XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

### *Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad*



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos Relatórios de Gestão da UFSC (2002 a 2012). Tabela 2.

A análise do gráfico, juntamente com os dados contidos nas Tabelas 1 e 2 e no Quadro 4, permite inferir que houve uma variação de R\$ 13.535 ou 245% no custo corrente / aluno equivalente com HU, e de R\$ 12.306 ou 237% no custo corrente / aluno equivalente sem HU, quando se verificam os valores originais apresentados pelos Relatórios de Gestão (RG). Entretanto, observa-se nos saldos ajustados que essa variação representa R\$ 9.267 e R\$ 8.282 respectivamente, ou 90% e 85%, conforme comentado anteriormente.

Entre 2002 e 2003 houve uma pequena diminuição nos indicadores, consequência da redução de 9% no custo corrente com HU e de 10% no custo corrente sem HU influenciada pelo ajuste monetário. A variação entre os indicadores de 2004 e 2005 se deu por uma redução ocorrida tanto nos custos correntes quanto no número de alunos equivalentes.

O exercício de 2006 aponta um aumento de 26% nos custos correntes com HU e de 27% nos custos sem HU contra uma diminuição de 1% no número de alunos equivalentes em relação ao ano anterior. Este fato ocasionou um crescimento nos indicadores de 26% e 28% respectivamente, e não se repetiu em 2007, ano em que a variação nos custos correntes com e sem HU esteve na média dos 5% em relação a 2006. Quanto ao número de alunos equivalentes, 2007 apresentou um aumento de 14%, o maior do período. Tais variações acarretaram uma redução nos indicadores entre 2006 e 2007, que pode ser vista no Gráfico 2.

O exercício de 2010 apresentou a peculiaridade de ser o único no qual o custo corrente por aluno equivalente com e sem HU foi publicado de duas formas: incluindo destaques e convênios, e desconsiderando-os. A UFSC (2010, p. 212) explica no Relatório de Gestão (RG) que esses custos representam a quantia de R\$ 164,45 milhões recebidos de Ministérios



## XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

### *Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad*

(não especificados) para projetos de pesquisa e extensão. Desconsiderando tal valor, as despesas correntes seriam de R\$ 844,47 milhões. Foram considerados, neste artigo, os custos com destaques e convênios, o que pode ser a razão de os custos correntes totais em 2010 terem sido maiores do que em 2011, o que também refletiu na redução do indicador entre esses dois anos.

Salvos estes casos, a Universidade apresentou, em geral, crescimento nos custos correntes com e sem HU no período analisado, à medida que o número de alunos equivalentes praticamente se manteve estável, dada a baixa variação ocorrida nos onze anos. Dessa forma, houve uma tendência de crescimento nos indicadores de custo corrente / aluno equivalente, a qual pode significar que a Universidade tem usado cada vez mais seus recursos para fins de manutenção e funcionamento, o que pode gerar maior qualidade de ensino aos acadêmicos. Visto dessa forma, o crescimento indicaria algo positivo para a UFSC.

Contudo, somente uma pesquisa na área poderia confirmar se os custos estão sendo utilizados com eficiência. De acordo com Freire, Crisóstomo e Castro (2007, p.10), um maior custo por aluno deve representar melhorias nas instalações e serviços da instituição de ensino, o que promove uma maior qualidade na formação acadêmica. Porém, estes autores concluíram em sua pesquisa que o custo do aluno não produz efeito sobre o desempenho discente.

A publicação da análise dos resultados dos indicadores de desempenho feita pelas próprias IFES sempre foi sugestão do TCU, e a UFSC passou a fazê-la no RG de 2012 (UFSC, 2012, p. 497). Nele, a Instituição justifica o crescimento dos custos correntes por conta da implantação de novos cursos e da expansão de vagas, e também ressalta uma possível imprecisão no índice devido à paralização nas atividades de ensino pelos servidores neste ano. As ressalvas que a UFSC ainda faz acerca das limitações de seus recursos e os efeitos sobre o ensino apontam a utilidade que os indicadores e suas leituras podem ter para a autoavaliação das IFES.

## 5 CONCLUSÕES

A partir da análise demonstrada, considera-se atingido o objetivo deste artigo, uma vez que se apresentou a evolução dos indicadores de custo por aluno da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) entre os períodos de 2002 a 2012, calculados conforme a proposta do Tribunal de Contas da União (TCU), destacando os aspectos mais relevantes acerca da influência de suas variáveis.

Observou-se que o indicador de custo corrente por aluno equivalente excluindo 65% das despesas com Hospital Universitário (HU) obteve um crescimento de 90% entre 2002 e 2012, enquanto este mesmo indicador desconsiderando 100% das despesas do HU apresentou um aumento de 85% no período. Esta variação foi constatada a partir do ajuste monetário dos indicadores, já que os efeitos da inflação fizeram com que tais variações fossem de 245% e



## XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

### *Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad*

237%, respectivamente, se considerados os valores originais. O ajuste monetário foi feito com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e permitiu observar o impacto da inflação na evolução dos indicadores. De 2002 a 2012, a inflação acumulada segundo este índice foi de 87,34%.

Verificou-se uma tendência de crescimento nos indicadores ao longo dos onze anos analisados. Considerando que o número de alunos equivalentes não apresentou uma variação significativa no período, pode-se inferir que este crescimento foi ocasionado pelo aumento dos custos correntes totais com e sem HU. Contudo, os indicadores também apresentaram redução em alguns períodos, ora ocasionada pela diminuição nos custos correntes, ora pelo aumento do número de alunos equivalentes.

Para trabalhos futuros, sugere-se que esta pesquisa seja expandida às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) da Região Sul do país com vistas a avaliar a evolução de seus indicadores, e se eles apresentam o mesmo comportamento. Recomenda-se também uma análise conjunta deste indicador com os demais estabelecidos pelo TCU, a fim de verificar se há algum tipo de correlação.

### Referências

AGUIAR, A. G. **Lei n.º 4.320** - comentada ao alcance de todos. 3. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2008.

AMARAL, N. C. Evolução do Custo do Aluno das IFES: eficiência? In: **Avaliação**, Sorocaba, v. 9, n. 1, p. 115-125, maio 2004. Disponível em: <<http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php?journal=avaliacao&page=article&op=view&path%5B%5D=1272&path%5B%5D=1262>>. Acesso em: 14 jul. 2013.

BARBOSA, G. C.; FREIRE, F. S.; CRISOSTOMO, V. L. Análise dos indicadores de gestão das IFES e o desempenho discente no ENADE. In: **Avaliação**, Sorocaba, v. 16, n. 2, p. 317-343, jul. 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-40772011000200005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772011000200005&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 9 jul. 2013.

BEUREN, I. M. et al. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BRASIL. **Lei n.º 4.320**, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4320.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm)>. Acesso em: 11 jul. 2013.



## XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

### *Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad*

FERREIRA, M. C.; SANTOS, W. J. L.; PESSANHA, J. F. M. Avaliação do ensino superior: análise dos indicadores instituídos pelo TCU para as IFES. In: **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, v. 18, n. 1, p. 104-124, abr. 2013. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/9940/avaliacao-do-ensino-superior--analise-dos-indicadores-instituídos-pelo-tcu-para-as-ifes/i/pt-br>>. Acesso em: 9 jul. 2013.

FREIRE, F. S.; CRISOSTOMO, V. L.; CASTRO, J. E. G. Análise do desempenho acadêmico e indicadores de gestão das IFES. In: **Produção On line**, Florianópolis, edição especial, dez. 2007. Disponível em: <<http://producaoonline.org.br/rpo/article/view/57/57>>. Acesso em: 21 jul. 2013.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GRUPO DE CONTATO – Tribunal de Contas da União (TCU); Secretaria da Educação Superior (SESu/ MEC); e Secretaria Federal de Controle Interno (SFC). **Orientações para o cálculo dos indicadores de gestão**: Decisão TCU n.º 408/ 2002 – Plenário e Acórdãos n.º 1.043/2006 e n.º 2.167/2006 – Plenário. Versão revisada em janeiro/ 2007. Disponível em: <[http://pingifes.mec.gov.br/pingifes/index.php?option=com\\_docman&task=searchresult&order=dmdate\\_published&ascdesc=DESC&Itemid=35](http://pingifes.mec.gov.br/pingifes/index.php?option=com_docman&task=searchresult&order=dmdate_published&ascdesc=DESC&Itemid=35)>. Acesso em: 11 jul. 2013.

HEFCE – Higher Education Funding Council for England. **Funding higher education in England: How the HEFCE allocates its funds**. Disponível em: <[http://webarchive.nationalarchives.gov.uk/20100202100434/http://www.hefce.ac.uk/pubs/hefce/1998/98\\_67.htm](http://webarchive.nationalarchives.gov.uk/20100202100434/http://www.hefce.ac.uk/pubs/hefce/1998/98_67.htm)>. Acesso em: 12 jul. 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA e Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC**. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc\\_ipca/ipca-inpc\\_201306\\_1.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc_ipca/ipca-inpc_201306_1.shtm)>. Acesso em: 13 jul. 2013.

NECKEL, R.; KÜCHLER, A. D. C. (Org.). **UFSC 50 anos: trajetórias e desafios**. Florianópolis: UFSC, 2010. Disponível em: <[http://agecom.ufsc.br/files/2010/12/Livro\\_UFSC50Anos\\_2010\\_web.pdf](http://agecom.ufsc.br/files/2010/12/Livro_UFSC50Anos_2010_web.pdf)>. Acesso em: 21 jul. 2013.

PLATT NETO, O. A.; VIEIRA, A. L. Análise Metodológica do Indicador de Custo por Aluno Definido pelo Tribunal de Contas da União para as Universidades Federais. In: **VI Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul**, 2006, Blumenau. Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/68139/t0053.pdf>>. Acesso em: 14 jul. 2013.

SESu/MEC – Secretaria da Educação Superior, do Ministério da Educação. **Cálculo do aluno equivalente para fins de custos na manutenção das IFES**. Departamento de



## XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

### *Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad*

Desenvolvimento da Educação Superior/Tecnologia da Informação. Disponível em:  
<[http://pingifes.mec.gov.br/pingifes/index.php?option=com\\_docman&task=searchresult&order=dmdate\\_published&ascdesc=DESC&Itemid=35](http://pingifes.mec.gov.br/pingifes/index.php?option=com_docman&task=searchresult&order=dmdate_published&ascdesc=DESC&Itemid=35)>. Acesso em 12 jul. 2013.

STN/SOF – Secretaria do Tesouro Nacional e Secretaria de Orçamento Federal. **Portaria Interministerial n.º 163**, de 4 de maio de 2001. Dispõe sobre normas gerais de Consolidação das Contas Públicas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e dá outras providências. Atualizada até 31/08/2010. Ministério da Fazenda e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Disponível em: <[http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/legislacao/leg\\_contabilidade.asp](http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/legislacao/leg_contabilidade.asp)>. Acesso em: 11 jul. 2013.

\_\_\_\_\_. **Procedimentos Contábeis Orçamentários (PCO)**: Parte I do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). Aprovado pela Portaria Conjunta STN/SOF n.º 02, de 13 de julho de 2012. Ministério da Fazenda. 5. ed. Disponível em: <<https://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt/responsabilidade-fiscal/contabilidadepublica/manuais-de-contabilidade-publica>>. Acesso em: 11 jul. 2013.

TCU - Tribunal De Contas da União. **Decisão TCU n.º 408**, de 24 de abril de 2002 – Plenário. Relator: Iram Saraiva. Disponível em: <<https://contas.tcu.gov.br/juris/Web/Juris/ConsultarTextual2/Processos.faces?>>. Acesso em: 9 jul. 2013.

\_\_\_\_\_. **Acórdão TCU n.º 1.043**, de 28 de junho de 2006 – Plenário. Relator: Guilherme Palmeira. Disponível em: <<https://contas.tcu.gov.br/juris/Web/Juris/ConsultarTextual2/Processos.faces?>>. Acesso em: 09 jul. 2013.

\_\_\_\_\_. **Acórdão TCU n.º 2.167**, de 27 de novembro de 2006 – Plenário. Relator: Ministro Ubir. Disponível em: <<https://contas.tcu.gov.br/juris/Web/Juris/ConsultarTextual2/Processos.faces?>>. Acesso em: 09 jul. 2013.

\_\_\_\_\_. **Portaria - TCU n.º 150**, de 3 de julho de 2012. Dispõe sobre orientações às unidades jurisdicionadas ao Tribunal quanto à elaboração dos conteúdos dos relatórios de gestão referentes ao exercício de 2012. Disponível em: <[http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/contas/contas\\_ordinarias\\_extraordinarias/2012](http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/contas/contas_ordinarias_extraordinarias/2012)>. Acesso em : 11 jul. 2013.

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina. **Estatuto**. Disponível em: <<http://estrutura.ufsc.br/legislacao/>>. Acesso em: 13 jul. 2013.

\_\_\_\_\_. **Estrutura UFSC**. Disponível em: <<http://estrutura.ufsc.br/campi/campus-florianopolis/>>. Acesso em: 21 jul. 2013.





## XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

### *Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad*

\_\_\_\_\_. **DPGI – Departamento de Planejamento e Gestão da Informação.** Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento (PROPLAN). Disponível em: <<http://dpgi.proplan.ufsc.br/>>. Acesso em: 2 maio 2013.

\_\_\_\_\_. **Relatórios de Gestão:** referentes aos exercícios de 2002 a 2012. Disponível em: <<http://dpgi.proplan.ufsc.br/relatorio-de-gestao/>>. Acesso em: 2 maio 2013.

\_\_\_\_\_. **Plano de Desenvolvimento Institucional.** Breve histórico da UFSC. Publicado em out. 2009. Disponível em: <<http://pdi.paginas.ufsc.br/2009/10/28/breve-historico-da-ufsc/>>. Acesso em: 21 jul. 2013.